

RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO Nº 01/2010

CURITIBA 08 DE JULHO DE 2010

Referência: Parecer nº 06/2005 redigido pelo Ministério Público Federal 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Índios e Minorias) referente aos potenciais elos sociológicos e históricos entre as famílias Guarani habitantes da Terra Indígena São Jerônimo e famílias Guarani das Terras Indígenas Laranjinha, Ywy Porã e Pinhalzinho.

Técnico Responsável: Paulo Roberto Homem de Góes

Apresentação:

Atendendo à Recomendação nº 8/2010 redigida pelo Procurador Geral da República Dr. João Akira Omoto e considerando a Nota Técnica nº 06- Parecer/ 2005 redigida pela Analista Pericial do Ministério Público Federal antropóloga Luciana Moura Ramos, o presente Relatório Antropológico nº 1/2010 buscará apresentar dados referentes aos potenciais elos sociológicos e históricos entre as famílias Guarani habitantes da Terra Indígena São Jerônimo e famílias Guarani das Terras Indígenas Laranjinha, Ywy Porã e Pinhalzinho.

Conforme a referida Nota Técnica existem vínculos sociais e simbólicos entre as famílias indígenas habitantes das terras indígenas **São Jerônimo** – São Jerônimo da Serra; **Laranjinha** e **Ywy Porã/ Posto Velho** – Santa Amélia e **Pinhalzinho** – Tomazina. Ainda segundo a Nota nº 6/2005, tais relações são constituintes de uma “unidade sociológica e cultural ampla, interligada por redes de parentesco e alianças políticas, jurídicas e econômicas, simbólicas, ritualísticas entre outras” (2005: 17) e que atualmente é constituída pelos diversos territórios indígenas reconhecidos pelo estado brasileiro.

Considerando tais apontamentos acerca da unidade sócio-cultural dos povos indígenas da bacia do rio Tibagi e também os critérios sociológicos empregados para a delimitação da Áreas de Influência do Empreendimento, os quais foram empregados na inclusão das Terras Indígenas Apucarantina, São Jerônimo e Barão de Antonina, o presente relatório tem por objetivo apresentar dados oriundos dos estudos preliminares

relativos aos elos sociológicos e históricos de famílias das etnias Guarani (Ñandeva e Kaiowá) e Kaingang habitantes destas referidas terras indígenas.

Estes estudos preliminares tiveram por base a análise de parte da bibliografia referente à história da colonização do território indígena na bacia do rio Tibagi e a elaboração de mapas genealógicos a partir de entrevistas realizadas com habitantes das quatro terras indígenas referidas acima e que culminaram na elaboração de um geneograma apresentado na página 16, Figura VII. O intuito na elaboração dos referidos mapas foi demonstrar a existência ou a não existência de redes de parentesco entre as referidas terras indígenas, de modo a justificar a inclusão ou exclusão das terras indígenas Laranjinha, Ywy Porã e Pinhalzinho no processo compensatório da UHE Mauá.

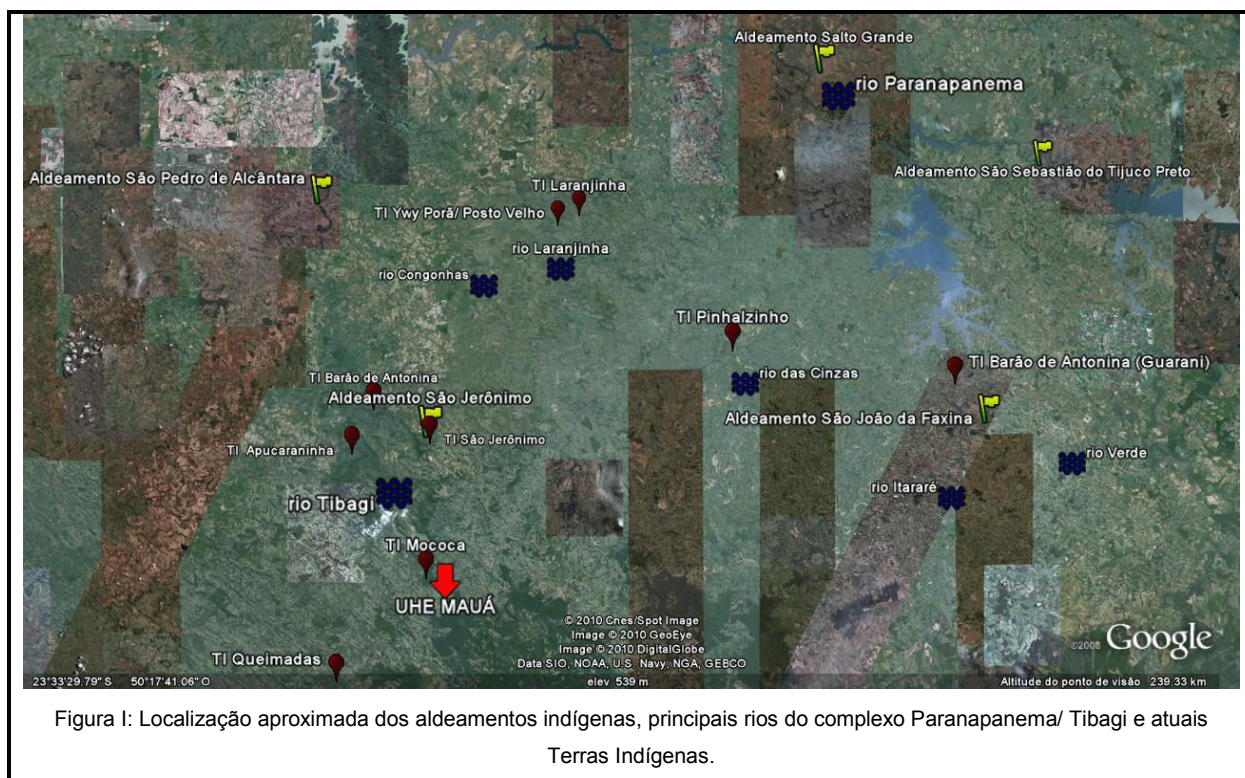


Figura I: Localização aproximada dos aldeamentos indígenas, principais rios do complexo Paranapanema/ Tibagi e atuais Terras Indígenas.

Relações históricas e interétnicas: os Kaingang, os Guarani e o Estado.

“Os índios sempre serão índios, enquanto não mudarem o sangue pelas misturas das raças ou se extinguirem pelas doenças e pestes” Frei Timóteo de Castelnovo diretor do aldeamento São Pedro de Alcântara ao Presidente da Província do Paraná 01/11/1886 (DEAPP vol. -16, ap.844, p. 17-21 apud. Amoroso 1998:72).

Estudos arqueológicos e lingüísticos apontam para a presença de populações Guarani e Kaingang ao longo da bacia do rio Paranapanema há ao menos dois mil anos. Segundo Lucio Tadeu Mota (2005: 4), os Guarani subiram o Paranapanema desde sua foz vindos das bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, enquanto a expansão Jê (Xokleng e Kaingang), originada do Brasil central, ocorreu pelas cabeceiras dos rios Itararé e Paranapanema até atingir as bacias do Tibagi, Ivaí, Iguaçu, etc.

A bacia hidrográfica do Paranapanema, portanto, consiste em um complexo multicultural há milênios, fato que se intensifica com o início do processo de conquista dos territórios indígenas.

Por volta de 1830 grupos Guarani-Kaiowá chegam às proximidades dos rios Taquary e Itararé, segundo o relato de John Elliot, encarregado do Barão de Antonina,

“Ao correr do anno de 1830 (si a lembrança me não falha) appareceu nas vizinhanças da villa de Itapetininga uma porção de indios desconhecidos; eram Cayuaz vindos d’allem do Paraná. Pelo dizer d’estes indios atravessaram elles o Paraná abaixo da barra do Ivahy, remontaram este rio até as ruinas de Villa Rica, e d’ahi, transpondo-se para a sua margem direita, dirigiram-se para o tibagy, que passaram pouco abaixo dos Montes Agudos, entrando em territórios da comarca de Coritiba; e ao subirem essa cordilheira avistaram uma parte dos Campos Geraes, que d’ali se estendem para o nascente. Por sua qualidade de selvagens não deviam apparecer subitamente n’esses campos, pois que se assim o praticassem expunham-se a recontros com os brancos, e por isso inclinaram-se mais para o norte abeirando o campo, mais ou menos perto, e depois de annos de um viver errante, repassados de privações e vicissitudes, mostraram-se finalmente no municipio de Itapetininga onde permaneceram algum tempo entretidos em communição com a população d’ali, sem que todavia se decidissem a um estabelecimento fixo. Passados mezes retrahiram-se ás matas, entrando pelos sertões da margem esquerda do Paranapanema, entreposto aos rios Taquary e Itararé”. (Mota, 2005:7)

Tais grupos iriam se estabelecer alguns anos depois nas margens do rio Verde, afluente direito do rio Itararé, região que Barão de Antonina havia tomado posse anos antes. Em 1843 (Mota, 2005: 13) o grupo do cacique Manoel, que então habitava as margens esquerdas do rio Verde entra em contato com o Barão de Antonina que, no ano seguinte, funda o aldeamento São João Batista da Faxina (atual município de Itaporanga-SP) com a presença de grupos Guarani Kaiowá e Nandeva sob a direção do Frei Pacífico Montefalco.

O próprio Barão de Antonina define sua estratégia de aldeamentos em carta ao Governo de São Paulo, justificando a necessidade de investimentos públicos:

“(...) criar entre os índios as necessidades do homem civilizado, facilitando-lhe para isso os meios necessários. Escolher no sertão terras boas e devolutas e ali principiar uma espécie de aldeamento, junto à qual se mandariam fazer roças grandes para o mantimento por três ou mais anos à custa dos cofres públicos; fornecer ferramentas e vestuário todos os anos para que a certeza dos bens os obrigasse a fixá-los.” Barão de Antonina se dirigindo ao Governo de São Paulo em 1840 sobre seu plano de redução dos Kaiowá do rio Verde em “Do itinerário de uma viagem exploradora” RIHGB vol. 9, pp-17-42;376-400 apud. Amoroso 1998: 65).

Neste período, o Barão de Antonina, inspirado no modelo de aldeamento jesuítico dos séculos anteriores, busca a aliança, sobretudo com os Kaiowá, no sentido de iniciar o processo de abertura de vias de acesso fluviais da província de São Paulo à do Mato Grosso que passavam pelos territórios Kaingang do Tibagi. Como relata Lucio Tadeu Mota (2005:15): “Nesse momento, por volta de 1845, os Kaingang tinham o domínio das terras que margeavam os rios **Tibagi, Cinzas, Laranjinha e Itararé**, os Kaiowá temiam circular por esses territórios”.

A política de fundação de aldeamentos indígenas cumpria uma função estratégica no processo de ocupação territorial do Império, algo que era intensificado com a iminência da Guerra do Paraguai. Segundo as palavras do então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá em relatório de 1867 e reproduzidas pela antropóloga Marta Amoroso (1998:34):

“Os presídios e postos militares para guardar e fazer respeitar as nossas fronteiras terão a mesma missão de conter os índios e de chamá-los à civilização; serão eles um grande auxiliar em ocasiões complicadas. Será pois indispensável nestes presídios como nos primeiros, haja sacerdotes encarregados desta missão (...) Em toda a nossa extensa linha de demarcação desde Norte até o Sul encontraremos ainda tribos das quais com vantagem é fácil colher os melhores resultados (...) fazendo destas tribos bons amigos nem por isso deixarão de nos auxiliar em ocasiões críticas.”

Os aldeamentos consistiam em “pólos militarizados, de vocação agrícola, para os quais se atraía a população indígena da região com intuito de fixá-la em povoados cristãos” (Amoroso, 1998:35), e onde os freis capuchinhos eram pagos como Capelães Militares. É neste contexto que em 1855 o Barão de Antonina obtém sucesso em reunir grupos Kaiowá, então habitantes das margens do rio Ivinhema em Mato Grosso, em torno do recém fundado aldeamento de São Pedro de Alcântara localizado na margem oposta do rio onde em 1851 havia sido criada a Colônia Militar de Jataí. O próprio Frei Timóteo, diretor

do aldeamento de São Pedro de Alcântara desde sua fundação, relata a vocação dos aldeamentos deste período:

“(…) pois estas colônias não foram criadas para catequese. A catequese foi um assessorio às mesmas, mas sim para servirem de apoio à estrada de Mato Grosso; e para os grandes transportes para aquela Província de militares, e trens bélicos, antes da guerra do Paraguai. Aquelas grandes despesas que muitos figuram como despesas das colônias, nada com elas as colônias lucravam” (Frei Timóteo de Castelnuovo ao Presidente da Província do Paraná 15/01/1886 apud. Amoroso 42).

A chegada deste primeiro grupo Kaiowá em S. Pedro de Alcântara origina-se do contato de John Elliot e o cacique Kaiowá Linguajurú (ver em: Tomazino, 1995: 97 e seguintes; Amoroso, 1998: 33;55 e seguintes; Mota, 2005: 16). Em 1847 Elliot viaja até o Mato Grosso com quatro intérpretes Kaiowá do aldeamento de São João da Faxina e propõe ao cacique Linguajurú a mudança para Jataí. Em 1851 Elliot havia conseguido reunir 47 Kaiowá em Jataí, no ano seguinte em nova expedição ao Mato Grosso o Barão de Antonina envia o paraguaio Simão Sanches, este convence Linguajurú a se mudar para a bacia do Tibagi. Linguajurú então reúne sete outros caciques, e seus respectivos grupos, totalizando cerca de 500 índios, em torno de 10% dos Kaiowá vinculados à Linguajurú (Mota 2005: 19).

Esta primeira tentativa de aldear os Kaiowá em Jataí é frustrada por desentendimentos ao longo da viagem que culminam na dispersão dos grupos ao longo do Paranapanema e na própria morte de Sanches, no entanto, ainda em 1852 o Barão de Antonina designa novamente Elliot a reagrupar os índios. O resultado desta expedição foi o aldeamento de cerca de 170 Kaiowás em Jataí (Mota 2005: 20 e Amoroso, 1998:55/6).

Com a criação do aldeamento de São Pedro de Alcântara o Império estabelece um posto avançado que servirá de pólo central para o apossamento de vastos territórios Kaingang desta bacia hidrográfica e dos tributários da esquerda do Paranapanema (rios Laranjinha, Cinzas, Itararé e Verde). Este aldeamento foi, inclusive, a sede da administração setorial da Missão Indígena da Ordem Menor da Vice-Prefeitura de São Paulo-Paraná, “o mais rico, mais estável e maior de todos os equipamentos do Império montados na região” (Amoroso, 1995: 97).

A estratégia de ocupação territorial se consolida com a chegada em 1858 dos primeiros grupos “Coroados” (Kaingang) em São Pedro, movimento que é sucedido no ano seguinte pela retomada dos Kamé (grupo Kaingang), de uma área tradicional que havia sido

empossada em 1846 pelo Barão de Antonina. Nesta área, em junho de 1859, é fundado o aldeamento **São Jerônimo** (Tomazino, 1995: 115-6).

“No dia 14 de Janeiro de 1859 os Coroados abordaram a Fazenda S. Jerônimo de propriedade do B de Antonina, na estrada que liga São Pedro de Alcantar à Castro. Como em São Pedro de Alcantara, aqui também apresentavam-se armados de lanças com ponta de ferro, arcos e flechas e assim invadiram a casa do administrador da fazenda, exigindo ferramentas. Traziam como interprete uma idosa que falava português. O administrador negociou sua vida e a da família em troca de brindes, que se comprometeu em fornecer em 10 dias e abandonou a fazenda, levando seus familiares e escravos” (Relatório do Presidente da Província apud. Amoroso, 1995: 169).

Após a chegada Kaingang na fazenda São Jerônimo, Barão de Antonina se apressa a transformá-la em aldeamento. Designa, então, Joaquim Francisco Lopes que irá administrar o aldeamento entre 1859 e 1867. Em 1862 o grupo do cacique Aropquimbe é o primeiro a se aldear - i.e. estabelecer aliança com sistema não-indígena - em São Jerônimo. Nos anos seguintes, 1863 e 1864 respectivamente, os caciques Caurú e Gregório se estabelecem totalizando 284 pessoas (idem 117).



Em processo paralelo, no ano de 1861 o Governo cria o aldeamento de Salto Grande do Paranapanema onde reúne grupos Kaiowá que já estavam presentes na região. Como

registra Lucio Tadeu Mota: “Além das imediações de Salto Grande os Guarani-Kayová também ocuparam outras terras no vale do Paranapanema. Outro desses locais foi o vale do rio das **Cinzas** a meio caminho do Aldeamento de São Pedro de Alcântara no rio Tibagi e os aldeamentos de Salto Grande” (Mota, 2005:26).

Grupos como estes se encontravam em uma posição que os Freis denominavam agregados, uma vez que optavam por manter relações pacíficas, porém esporádicas com os aldeamentos. Este é o caso de grupos Guarani nos rios Congonhas, Laranjinha e Cinzas. Os grupos Kaingang da região dos rios Laranjinha e Cinzas, por sua vez, se mantiveram até a criação dos Postos de Atração do Serviço de Proteção ao Índio - SPI nas décadas de 1920 e 1930, afastados do sistema colonial.

Tanto em São Pedro de Alcântara como em São Jerônimo os aldeamentos seguiram certo padrão de habitação: os diferentes povos indígenas (Kaingang, Kaiowá e Nandeva) constituíam suas aldeias a algumas léguas do núcleo urbano do aldeamento assim como estrategicamente ocupavam áreas distantes entre si. Mesmos os índios considerados *aldeados*¹, mantinham distâncias físicas e sociais necessárias para há um só tempo estabelecer relações estáveis com os não-índios e exercer modos próprios de organização social. Desta forma, não havia pretensão do diretor do aldeamento dirigir as aldeias propriamente ditas.

As diferenças entre os povos indígenas se demonstram também pelo tipo de inserção no sistema colonial. Conforme aponta Marta Amoroso os Kaingang se engajaram em atividades agrícolas, sobretudo na produção de açúcar e aguardente que eram comercializadas no mercado regional. Os Kaiowá, por sua vez, assumem lugares de diaristas na navegação de rios, na construção e manutenção de estradas, empregando-se em tarefas do aldeamento e em engenhos particulares da região.

Após um período de certa prosperidade comercial nos aldeamentos, vários surtos epidêmicos passam a assolar as aldeias. São Pedro de Alcântara presencia grande evasão Kaiowá:

“A epidemia de 1877 praticamente extinguiu as aldeias Kaiowá do aldeamento (...) Depois da crise os Kaiowá passaram para a margem direita do rio Tibagi, nos rios Congonhas e das Cinzas, tributários respectivamente do Tibagi e Paranapanema (...) De aldeados passaram gradativamente à condição de agregados do sistema de aldeamentos.” (Amoroso, 1995: 115/6)

¹ Aldeado, agregado e “índios do sertão” eram categorias utilizadas pelos próprios Freis e diretores de aldeamentos para designar a posição de determinado grupo indígena em relação ao sistema colonial.

As evasões indígenas subsequentes às crises nos aldeamentos ocorreram de forma diferenciada, grande parte dos Kaingang aldeados em São Pedro se deslocaram para São Jerônimo já em 1895, ano da morte do administrador Frei Timóteo, enquanto os Guarani Kaiowa e Nandeva tenderam a se empregar em fazendas ao longo dos rios **Congonhas**, **Laranijinha** e **Cinzas**, áreas onde já haviam aldeias Guarani e que também eram habitadas por grupos Kaingang que se mantinham não aldeados.

Entre os anos de 1886 e 1910 São Jerônimo é administrado por civis. Neste período a antiga política do Frei Cemitili de lotar áreas para os brancos é reforçada com a chegada de 400 famílias de brancos no aldeamento utilizando a prerrogativa que o aldeamento estaria abandonado. Em 1900 o Decreto nº 6 cria o Posto Indígena Apucarana e em 1911 é criada a “povoação indígena” em S. Jerônimo, São Lourenço MT e Itaporanga –SP através do Decreto 8.941, neste período haviam por volta de 38 famílias – 187 pessoas.

Segundo levantamento de Kimiye Tommasino (1995: 120) em 1911, 1913 e 1923 há registros de chacinas contra grupos Kaingang não aldeados nas proximidades do rio das Cinzas. O “massacre de Santo Antonio da Platina” em 1911 foi de grande destaque na imprensa nacional. O jornal O Estado de São Paulo registrara:

“É gravíssima a situação dos índios cainguangues que habitam as florestas compreendidas entre os rios Laranjinha e Cinzas. Suas terras passaram a domínio particular, apesar da posse immemorial, como se fossem devolutas. Os felizes proprietários querem a ferro e fogo esbulhar os silvícolas de seus legítimos domínios” (O Estado de São Paulo apud. Tommasino, 1995:124).

Ao longo das décadas de 1920 e 1930 o SPI instituiu os Postos de Atração Krenau² (Barros, 2003:9) e Pinhalzinho, os quais serviram para aldear os últimos grupos Kaingang que se mantinham nas matas. São realizadas algumas expedições sem sucesso até 1931 quando os funcionários do SPI José Candido Teixeira e João Serrano, patrocinados pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, e acompanhados dos caciques Kaingang Isaltino Candido, Paulino e Antonio Pedro Juvêncio tiveram sucesso no aldeamento do grupo de 18 homens, 23 mulheres e apenas uma criança (Tommasino, 1995:128). Com a epidemia de 1934 os Kaingang que não morreram foram transferidos pelo SPI para Ivaí restando exclusivamente famílias Guarani nestes Postos.

Em São Jerônimo, por sua vez, a maioria das famílias era Kaingang. Segundo Tapixi - Kaingang nascido em 1941 em Barão de Antonina e habitante da TI São Jerônimo desde 1998 - as famílias Guarani que atualmente vivem em São Jerônimo descendem em parte de

² Atual Terra Indígena Ywy Porã também conhecida como Posto Velho.

famílias que viviam na localidade chamada Pinheiro Seco/ Marabá no rio Congonhas. Teria sido por volta de 1947 que o já referido funcionário do SPI Antonio Pedro Juvêncio - pai de Luiz Alan Vangfy Juvêncio que é, por sua vez, funcionário da Funai em São Jerônimo - sob ordens do então chefe do posto, Gardino, transportou as famílias Guarani para São Jerônimo.

Quando chegaram essas famílias teriam acampado próximas da casa da avó de Tapixi, Conceição, pois Paula, a avó materna do atual cacique Guarani da TI S. Jerônimo, Nelson Vargas, tinha muita amizade com Conceição Tisiranh irmã de Idaércio Cândido, que por sua vez é avô materno do cacique Kaingang Hipólito Cândido da Silva.

Alcides Vargas e seu cunhado Quintiliano e Konde foram os chefes das famílias extensas que foram deslocadas pela SPI. Ainda segundo Tapixi, Konde e seu grupo ficaram pouco tempo acampados, logo cruzaram o rio Tibagi e se instalaram na outra margem, cerca de 2 anos depois se deslocaram para Barão de Antonina, voltaram para S. Jerônimo e logo se deslocaram novamente, desta vez para a TI Queimadas.

Segundo Aparecido Vargas (nascido em 1921), filho de Alcides e Paula e tio materno de Nelson Vargas e que esteve entre as pessoas transferidas pela SPI, seu pai tinha adquirido na referida localidade de Pinheiro Seco uma área de 50 alqueires. O então chefe de posto Gardino pouco antes do deslocamento das famílias teria solicitado o documento da terra para “guardá-lo”, desde então não se sabe mais em que situação permanece esta área pois as famílias Guarani desta forma a perderam.

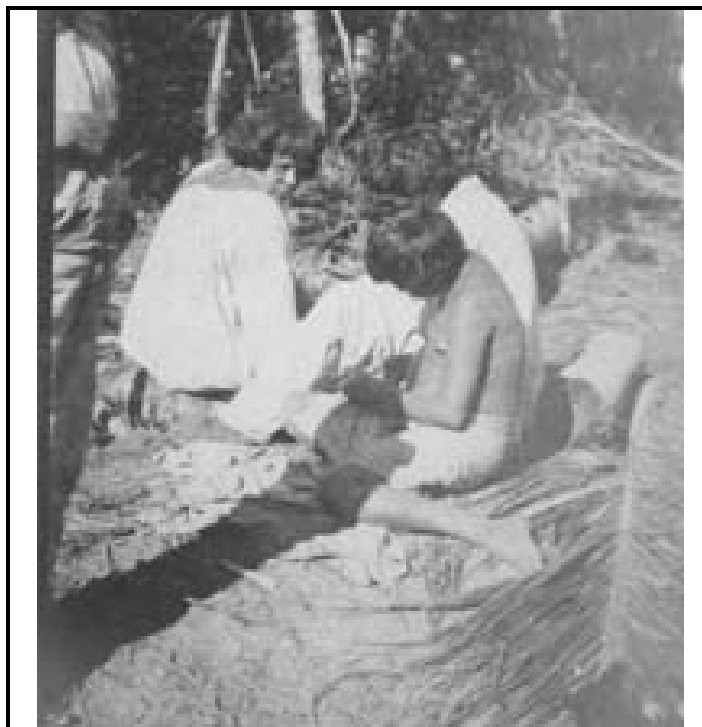


Figura III: Grupo de índias sentadas próximas a uma folha de palmeira fabricando objetos artesanais. Posto Indígena de Nacionalização Laranjinha. Paraná. 1920-1944. Fonte: www.museudoindio.org.br

Note-se que a transferência das famílias Guarani do rio Congonhas para São Jerônimo coincide com a política oficial de desmembramento das áreas indígenas. Em 30 de junho de 1945, através do Decreto-lei 7.692, o governo federal autoriza a doação gratuita ao Estado do Paraná das terras da fazenda São Jerônimo numa extensão de 33.800ha com a ressalva de 4.840ha reservados aos índios que ali habitavam. Estes 4.840 há. foram divididos em áreas descontínuas, as quais originaram as Terras Indígenas de Barão de Antonina e São Jerônimo. O Posto de Apucarana que havia sido demarcado em 1900 com 54.000 ha foi reduzido para 6.399 ha. (Tommasino, 1995: 160).

O período entre 1930 e o final da década de 1970 foi marcado pela submissão das lideranças ao órgão indigenista (como demonstra Tommasino, 1995: 166 e seguintes), pela chegada intensa de posseiros nas áreas e pelo desmatamento intensivo da região.

Segundo Ramos (2005:45)

“Um dos modos de produção implantados pela política indigenista do SPI no período foi um regime de trabalho coletivo nas roças do Posto Indígena que, entre os Kaingang, ficou conhecido como “panelão”. Este constituía em uma forma de trabalho compulsório e penoso; os resultados dessas roças eram geridos e destinados a manutenção dos postos e nem sempre eram re-aplicados pelo SPI na mesma área que o produzira. Por esse trabalho, os Kaingang não recebiam salário,

mas apenas alimentacao limitada e de qualidade inferior, servida em uma grande panela, no proprio local de trabalho.”

Em contraste com os regimes administrativos vigentes nos aldeamentos do século XIX - nos quais os diretores governavam exclusivamente o aldeamento, mas não as aldeias, dado que os índios continuavam a se organizar em torno de seus caciques - a política do SPI instituiu os chefes de posto, funcionários designados para administrar a produção dos aldeamentos, algo que incidiu diretamente sobre os modos de organização dos Guarani e Kaingang. A proposta oficial era de transformar os postos indígenas em “empresas voltadas à produção e ao lucro” (Santos, 1975: 38/9 apud. Tommasino, 1995: 185), isto aliado a um regime de controle rígido e punições severas (Ramos, 2005: 46) implicou em reconfigurações nas relações de poder intra e interaldeãs.

“A própria figura do cacique passou, durante este processo, por transformações radicais: de articulador entre diferentes comunidades e negociador com o universo das autoridades dos *brancos*, os caciques da T.I. Ivaí passaram a uma posição de subordinação com relação à autoridade institucional representada pelos *chefes de posto*.” (Cid Fernandes, 2005:7)

O controle institucional e expropriação dos territórios indígenas, processo de “institucionalização da dependência” (Cid Fernandes, 2005:6) foi política implementada deliberadamente pelo estado.

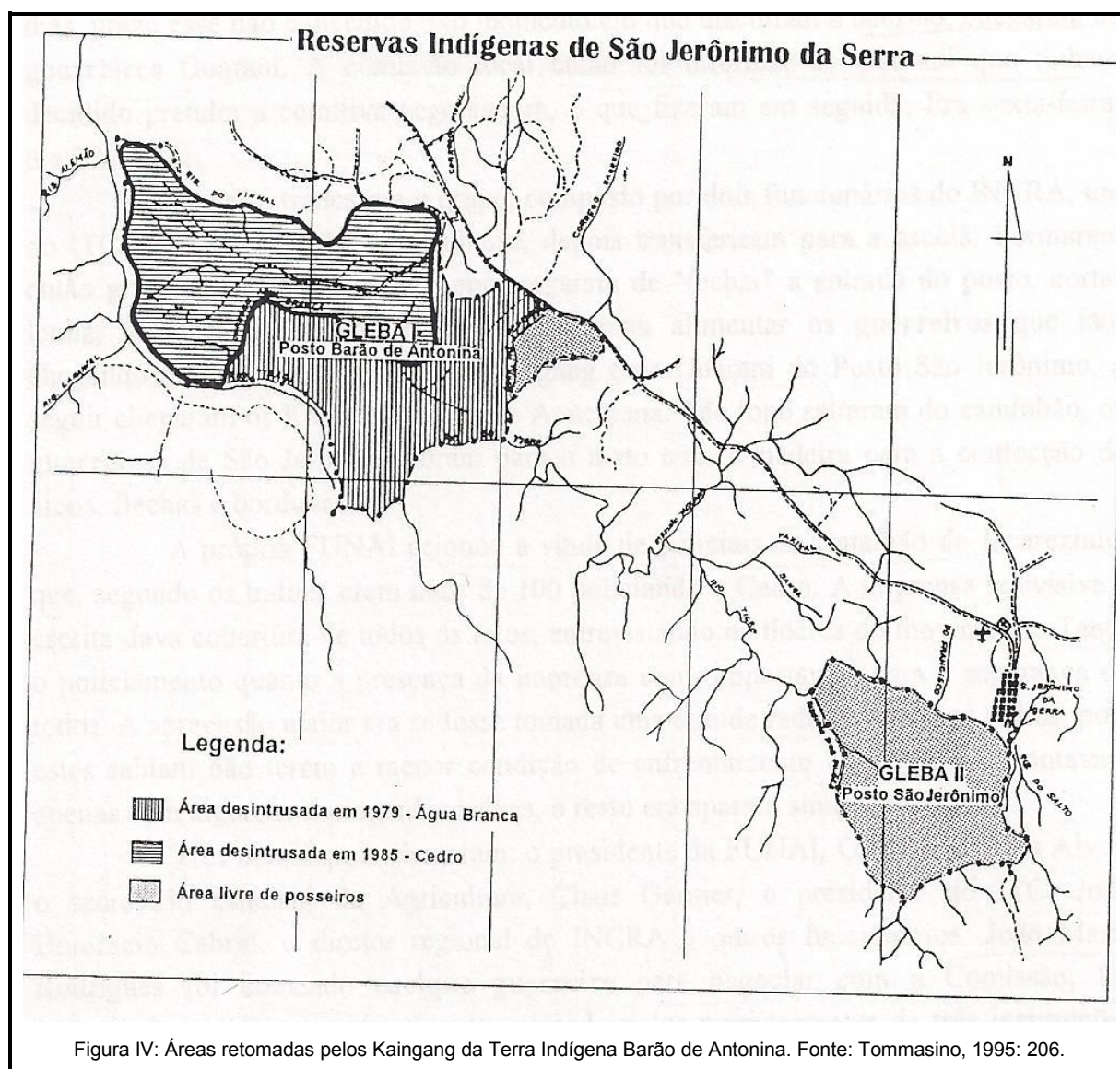
“Os objetivos expressos da política republicana incluíam o confinamento de grupos indígenas em áreas demarcadas a fim de liberar terras para a colonização. Os *Pohy*, as lideranças kaingang, foram parte deste processo. Com efeito, as demarcações de terras indígenas indicam, sempre, a destinação de uma determinada extensão de terras aos índios comandados por determinados caciques. São estes caciques, figuras por vezes descritas como despóticas, que negociavam, e ainda hoje negociam, a convivência entre índios e brancos” (Cid Fernandes 2005: 4/5).

Com a expropriação territorial as famílias indígenas se viram concentradas em torno dos Postos, algo que promoveu a desarticulação das unidades produtivas e do sistema de trocas locais. Simultâneo ao processo de desterritorialização e desmobilização política dos indígenas, ocorre a chegada crescente posseiros. Em 1976 eram nada menos do que 221 famílias de posseiros no Posto Indígena Barão de Antonina, das quais 60% havia ingresso na área indígena a menos de cinco anos (Tommasino, 1995:183).

É somente no final da década de 1970 que a conjuntura política regional e nacional se altera possibilitando mobilizações das lideranças indígenas na luta pela recuperação das áreas. No ano de 1979 eclode a primeira rebelião indígena.

Na atual TI Barão de Antonina, então conhecida como Gleba I de São Jerônimo, restavam apenas 30 alqueires disponíveis para as famílias indígenas. As lideranças decidem, então, ocupar a área intrusada denominada Água Branca a fim de remover os posseiros.

O sucesso nesta empreitada ressoou anos mais tarde em novas insurgências indígenas pela garantia dos territórios quando em 1985 três movimentos ocorreram quase simultaneamente em nos Postos indígenas Laranjinha e São Jerônimo e na sede da Funai em Londrina.



Ao longo de um processo extremamente conflituoso e ao qual os funcionários da Funai se opunham, os caciques de Apucarana (Kaingang) e de Laranjinha (Guarani) firmam um pacto e enviam ambos “guerreiros” para endossar a luta dos Kaingang de Barão de Antonina. Ao fim dos processos de negociação os índios conseguem recuperar a área denominada Cedro.

No mesmo ano na “rebelião do Laranjinha” estiveram presentes Kaingang e Guarani das TI’s Apucarana, São Jerônimo, Barão de Antonina, Pinhalzinho e Queimadas.

Estes são marcos nas relações políticas entre os Guarani e Kaingang e apontam para um contexto interétnico que, promovido pelas políticas de aldeamento do Império ao longo do século XIX, permanece presente atualmente nas relações de parentesco e, nestes casos, também são revertidos em ações de solidariedade política.

Parentesco interaldeão e território: São Jerônimo, Ywy Porã, Laranjinha e Pinhalzinho.

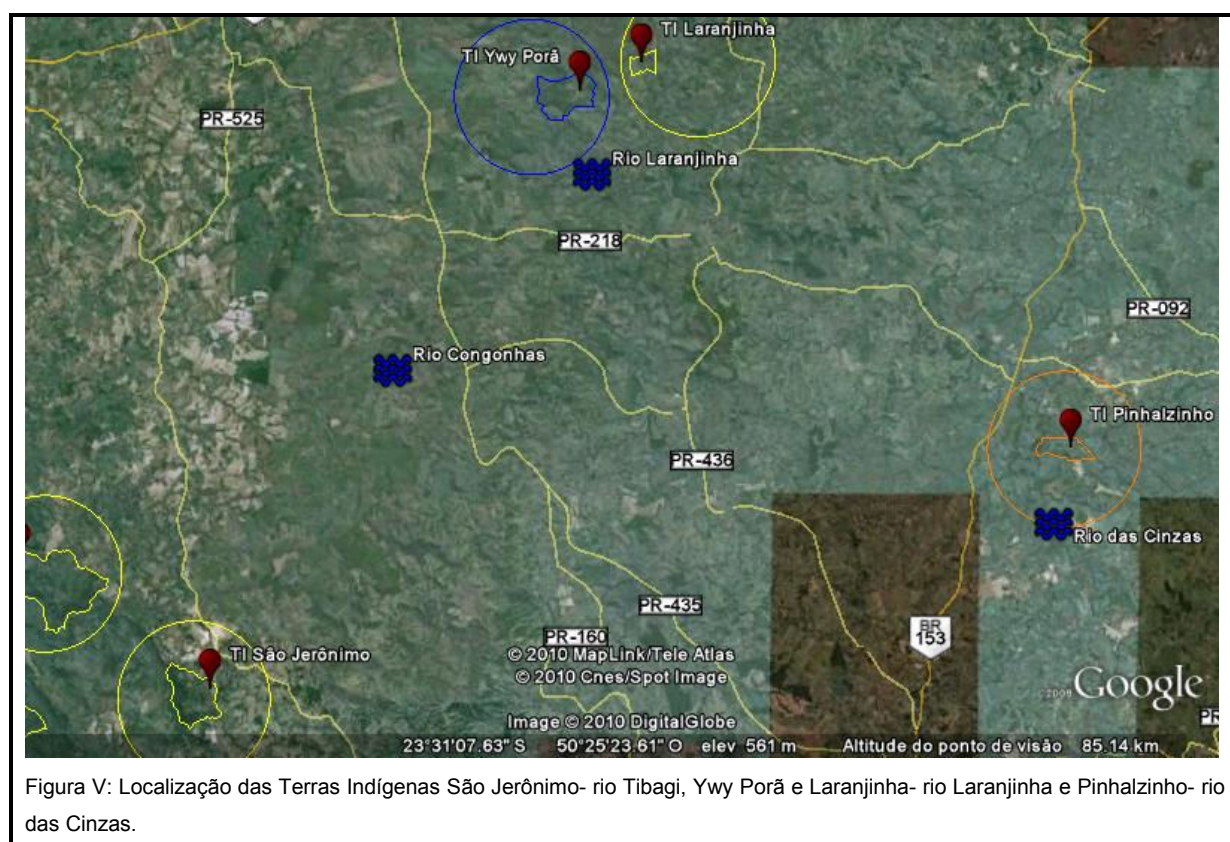


Figura V: Localização das Terras Indígenas São Jerônimo- rio Tibagi, Ywy Porã e Laranjinha- rio Laranjinha e Pinhalzinho- rio das Cinzas.

Os relatos históricos desde a implementação dos aldeamentos ao longo das bacias do Tibagi e Paranapanema apontam para a característica multicultural do contexto regional. Contexto que existente anteriormente à colonização, fora intensificado pelas políticas de aldeamento do Império, sob administração dos capuchinhos, e, posteriormente, pelos órgãos indigenistas oficiais.

Os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, desde suas origens na segunda metade do século XIX, tiveram como característica tal dinâmica interétnica. Em São Pedro, sobretudo, além dos brancos brasileiros, paraguaios e americanos, dos africanos escravizados, houve a forte presença de ao menos três etnias indígenas, Kaingang, Guarani Ñandeva e Kaiowá.

Tal característica é presente atualmente, sendo notável que não obstante a grande frequência de casamentos interétnicos (Kaingang – Guarani; Guarani – não índios; Xetá-Kaingang, etc.) as diferenças sociais e identitárias continuam a ser constituintes da dinâmica social. Neste sentido, o caso da terra indígena de São Jerônimo é exemplar, pois nesta área a liderança política é dividida por dois caciques, um Kaingang e outro Guarani que agregam redes de solidariedade parental distintas.

As terras indígenas consideradas neste estudo, e que compõe esta espécie de mosaico interétnico, são constituídas majoritariamente por uma etnia indígena, ainda que em todas exista a presença de outras etnias entre seus habitantes. No caso de São Jerônimo o povo indígena majoritário é o Kaingang, as Terras Indígenas Laranjinha, Ywy Porã e Pinhalzinho são habitadas em sua maioria por famílias Guarani.

A tabela abaixo apresenta alguns dados sobre estas populações e áreas indígenas:

Terra Indígena	Área (ha.)	Famílias**	Total de Habitantes**
São Jerônimo	1339,00	139	562
Ywy Porã	7,5*	26	115
Laranjinha	238,00	49	238
Pinhalzinho	593,00	34	116

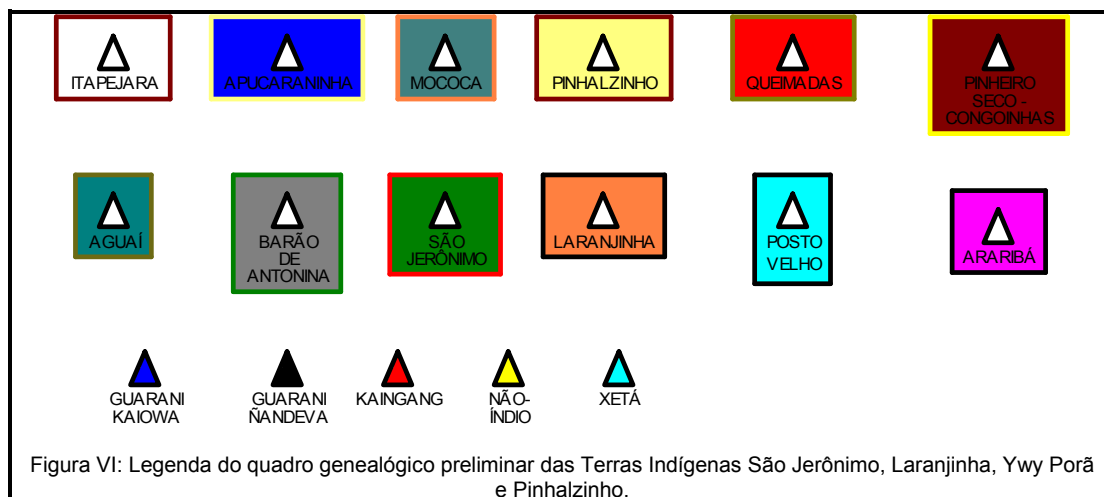
* Área em processo de demarcação.

** Números aproximados tendo por base informações fornecidas por funcionários da Funai ou Funasa de cada Terra Indígena.

O quadro genealógico preliminar apresentado a seguir (Figura VII), é o resultado dos mapas genealógicos elaborados a partir de diálogos com habitantes de quatro Terras Indígenas: TI São Jerônimo – rio Tibagi; município de São Jerônimo da Serra. TI's Ywy Porã/ Posto Velho e Laranjinha – rio Laranjinha; município de Santa Amélia. TI Pinhalzinho -

rio das Cinzas; município de Tomazina.. A partir dos mapas das relações de parentesco elaborados nestas quatro TI's, foi possível identificar redes genealógicas que se estendem aos habitantes de outras aldeias da bacia do Tibagi, tais como Apucarantina, Barão de Antonina e Mococa. Tais relações, porém, não foram alvo de esforço analítico maior, considerando que o objetivo deste estudo era verificar a existência de relações entre as quatro terras indígenas supracitadas, porém é mister notar que se realizado um estudo de mesma natureza nas TI's Apucarantina, Barão de Antonina, Queimadas e Mococa a probabilidade dos resultados serem semelhantes aos apresentados no presente estudo são bastante grandes.

Abaixo reproduzo a legenda do quadro genealógico preliminar das Terras Indígenas. As cores ao redor do símbolo "EGO" designam a Terra Indígena de moradia atual, as cores internas ao símbolo de "EGO" apontam para a etnia declarada. :

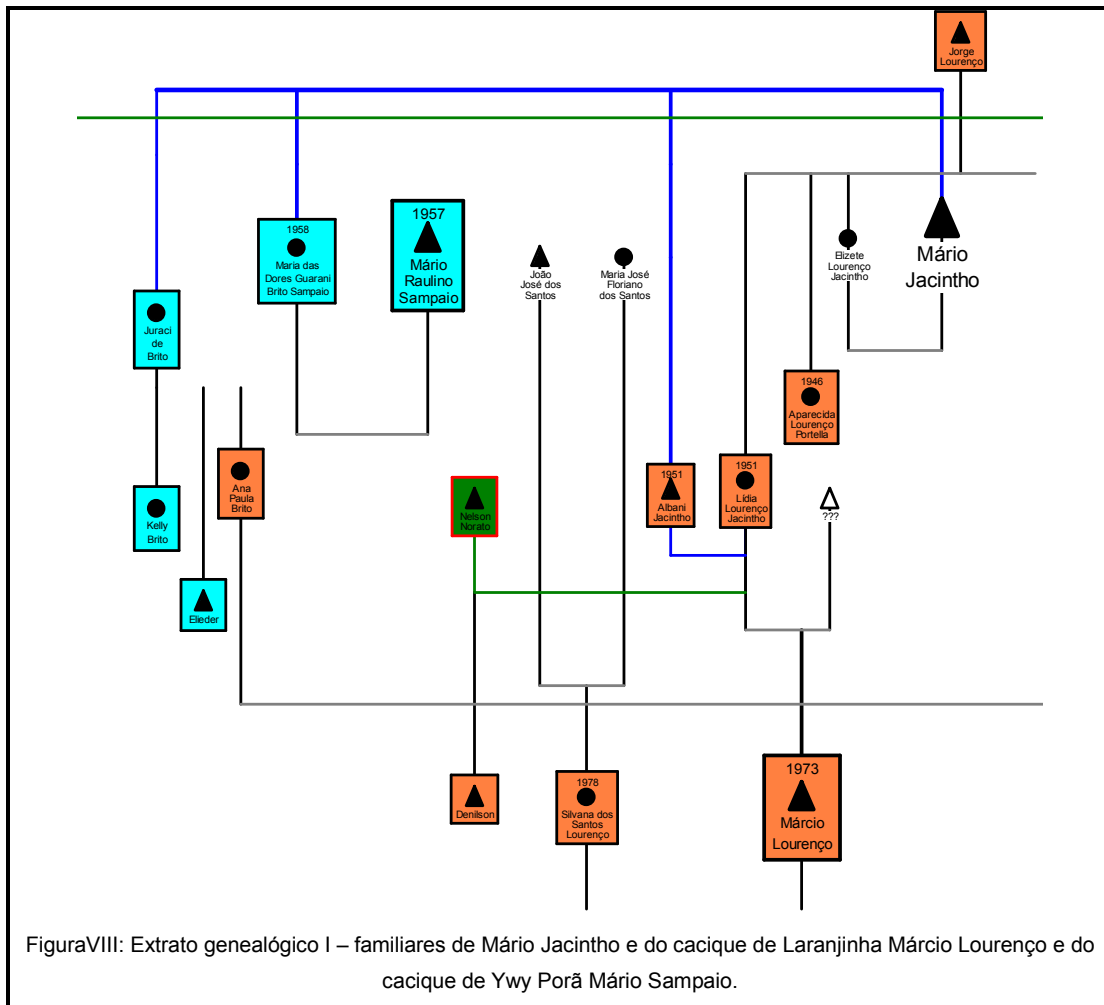


Como verificável no quadro genealógico da Figura VII, as redes de parentesco são multi-locais, ou seja, é comum que uma mesma família extensa ocupe duas ou mais terras indígenas. Também é constitutiva da dinâmica social aqui analisada a recorrência de ligações genealógicas entre diversas famílias extensas.

A análise do quadro genealógico acima reproduzido possibilita os seguintes apontamentos preliminares:

- Famílias habitantes na TI Pinhalzinho possuem relações de parentesco direto com famílias das TI's São Jerônimo, Ywy Porã/Posto Velho, Laranjinha, Barão de Antonina e Apucarantina.
- Famílias habitantes na TI Laranjinha possuem relações de parentesco direto com famílias das TI's São Jerônimo, Ywy Porã/Posto Velho, Pinhalzinho, Barão de Antonina, Apucarantina e Mococa.
- Famílias habitantes na TI Ywy Porã/ Posto Velho possuem relações de parentesco direto com famílias das TI's São Jerônimo, Pinhalzinho e Barão de Antonina.
- Famílias habitantes na TI São Jerônimo possuem relações de parentesco direto com famílias das TI's São Jerônimo, Ywy Porã/Posto Velho, Laranjinha, Pinhalzinho, Barão de Antonina, Apucarantina e Mococa.

A fim de explicitar tais relações a partir dos laços genealógicos das lideranças da respectivas Terras Indígenas reproduzo abaixo alguns excertos do quadro genealógico da Figura VII. Os excertos reproduzidos a seguir foram selecionados com **objetivo ilustrativo**, portanto apontam para apenas algumas relações de parentesco.



No excerto do quadro genealógico reproduzido acima, estão explicitadas as relações de parentesco entre Mário Jacintho (ex-cacique de Laranjinha e atual administrador regional da Funai de Londrina), Mário Raulino Sampaio (cacique de Ywy Porã) e Márcio Lourenço (cacique de Laranjinha). Márcio é filho da irmã (ZS) de Mário Jacintho que por sua vez é irmão da esposa (WB) de Mário Sampaio.

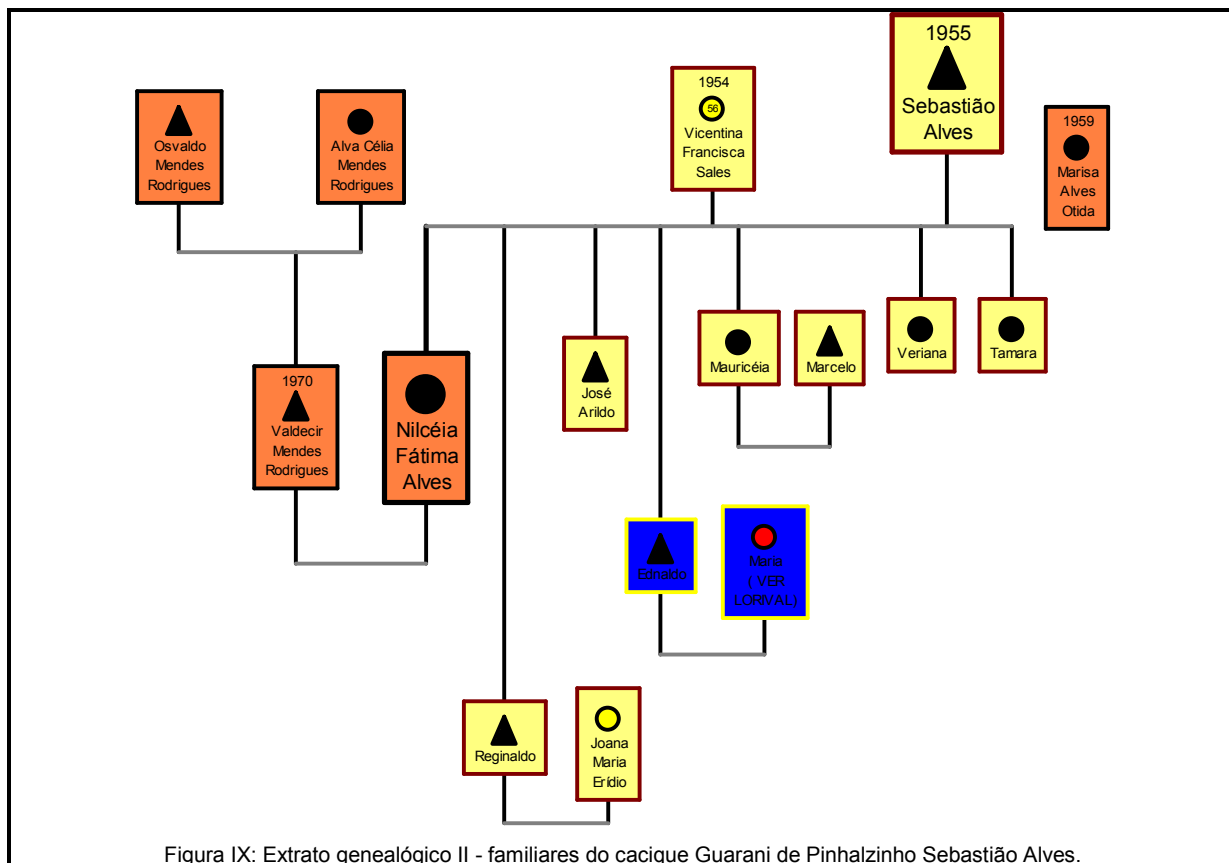


Figura IX: Extrato genealógico II - familiares do cacique Guarani de Pinhalzinho Sebastião Alves.

Para o caso do extrato genealógico II, nota-se que o cacique de Pinhalzinho, Sebastião Alves possui um filho casado vivendo em Apucarantina, quatro na própria TI de Pinhalzinho e uma filha casada que vive na TI Laranjinha.

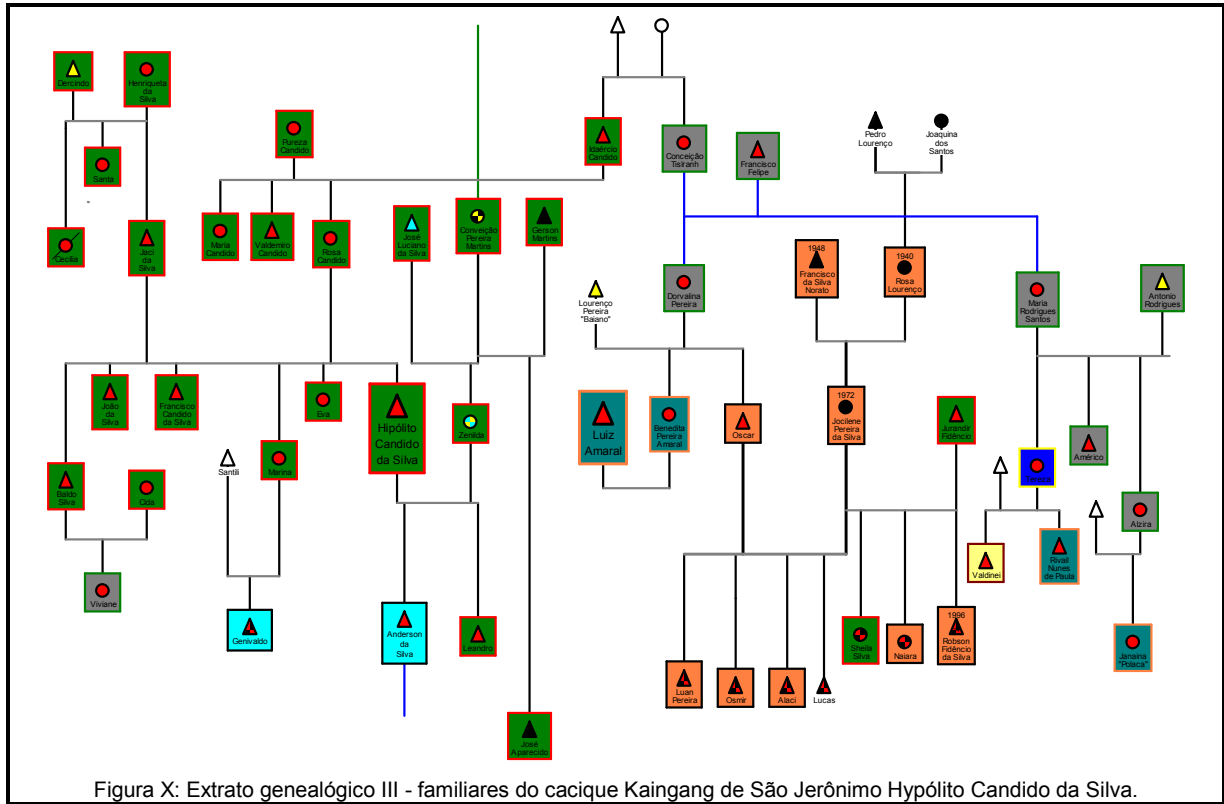
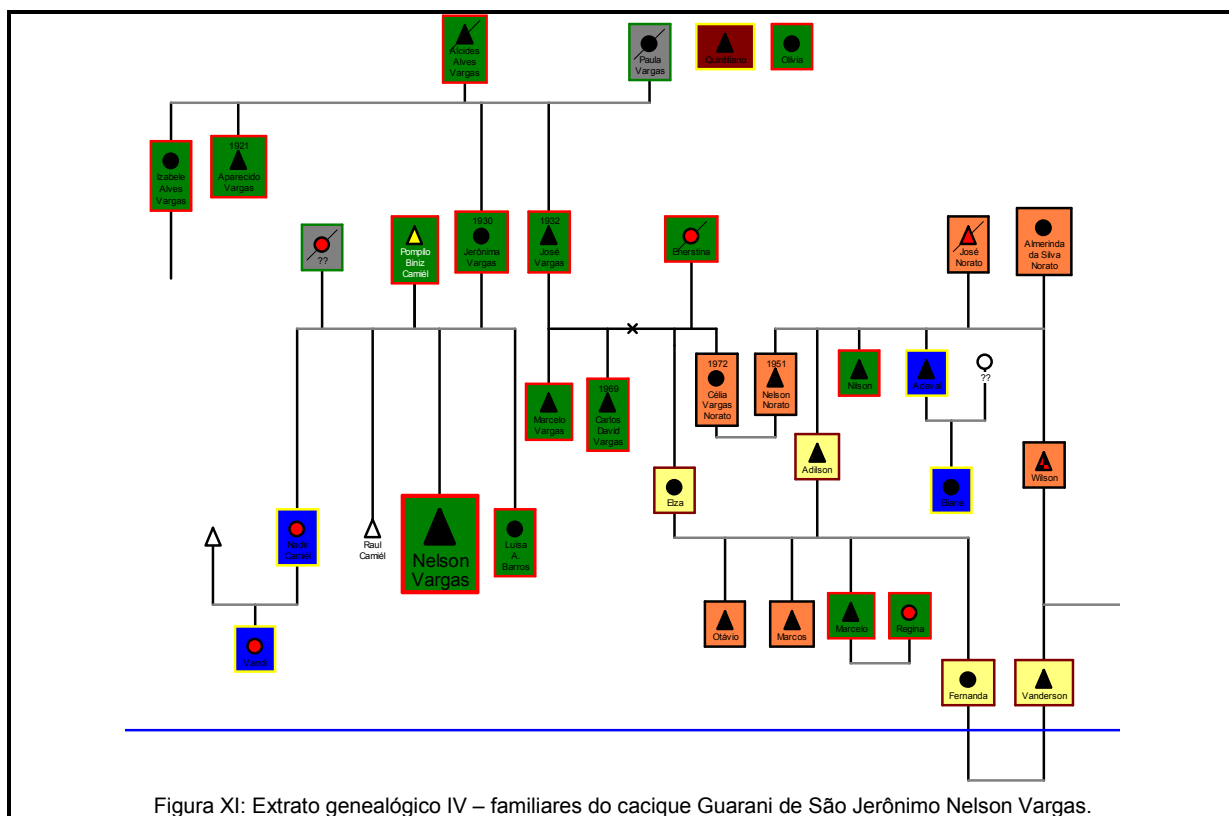


Figura X: Extrato genealógico III - familiares do cacique Kaingang de São Jerônimo Hypólito Candido da Silva.

Da geração descendente de Hypólito Candido da Silva, cacique Kaingang da TI São Jerônimo, que vivem em outras aldeias que não a dele, há um filho, duas netas e um sobrinho vivendo em Ywy Porã e uma sobrinha em Barão de Antonina. Referente às gerações ascendentes, o avô paterno de sua esposa (FFW) viveu em Pinhalzinho enquanto a irmã de seu avô materno (FMZ) tem descendência em Barão de Antonina, Laranjinha, Pinhalzinho, Mococa, Apucarantina e São Jerônimo.



Finalmente, referente aos laços genealógicos imediatos do cacique Guarani da TI São Jerônimo, Nelson Vargas, há uma irmã por parte de pai e uma sobrinha vivendo na TI Apucarantina, uma prima vivendo na TI Pinhalzinho e outra na TI Laranjinha. Com relação às gerações ascendentes, a avó materna de Nelson faleceu em Barão de Antonina e seu tio avô materno viveu na localidade de Pinheiro Seco no rio Congonhas.

Territorialidade, parentesco e impactos da UHE Mauá:

Considerando as especificidades do contexto multi-étnico desde a criação das aldeias aqui consideradas, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre a territorialidade e o parentesco interaldeão dos Guarani Ñandeva e Kaingang em questão, no entanto, é mister notar a importância da mobilidade interaldeã na dinâmica social de famílias Guarani em vários outros contextos.

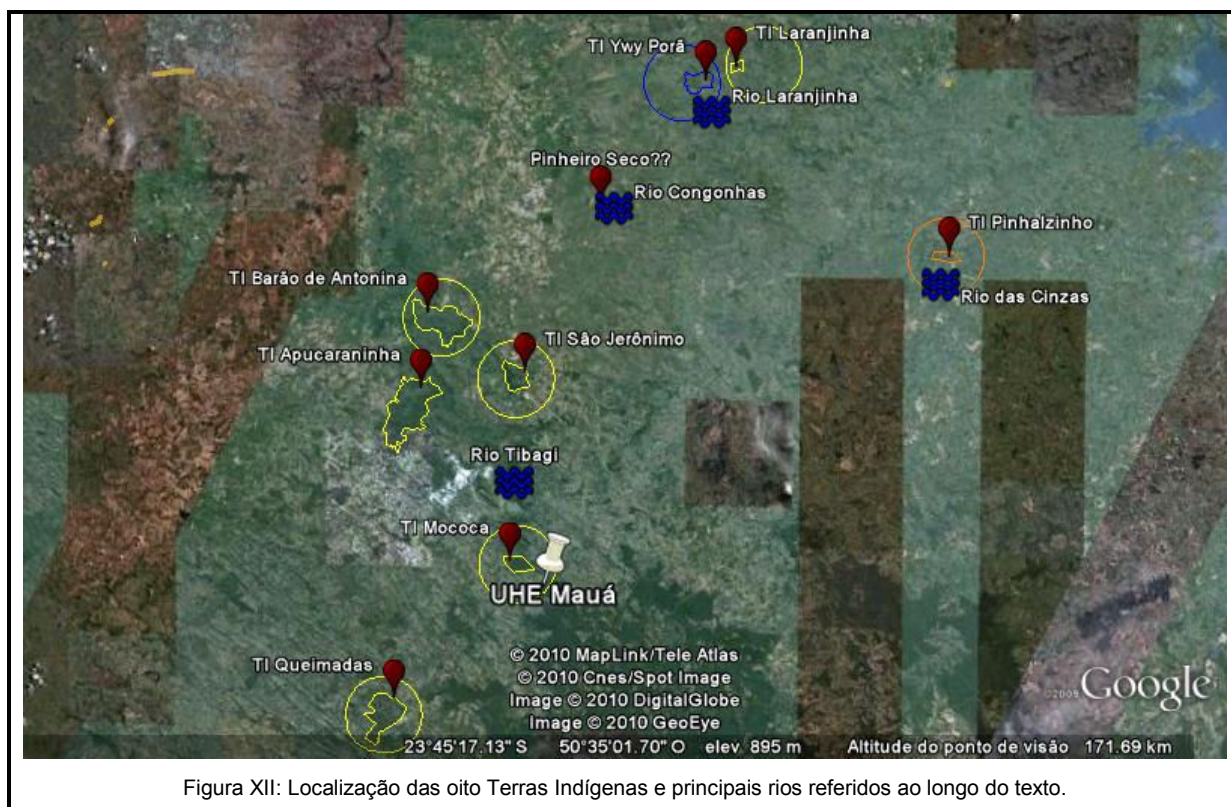
Os continuados esforços empregados pelo Império ao longo da história dos aldeamentos e das políticas indigenistas de Estado da SPI e Funai sempre se voltaram no sentido de promover a sedentarização destes povos indígenas, algo que gerou as

delimitações territoriais atuais e contribuiu para o aumento da frequência de casamentos interétnicos, porém não foi capaz de inviabilizar as relações interaldeãs.

Como se buscou demonstrar ao longo deste estudo, através da análise da bibliografia referente à história de criação destas Terras Indígenas e da elaboração do quadro genealógico, as relações sociais e políticas entre as famílias indígenas das quatro TI aqui consideradas são intensas a ponto de se tornar pertinente a afirmação da existência de uma territorialidade indígena interétnica nas bacias dos rios Tibagi, Laranjinha e Cinzas.

Os potenciais impactos gerados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Mauá poderão, desta forma, atingir as famílias indígenas habitantes das referidas TI's, considerando que a mobilidade territorial destas ocorre, via de regra, a partir das relações de parentesco que determinada família possui com habitantes de outras áreas. Em caso de impactos negativos que alterem o cotidiano de famílias, por exemplo, de São Jerônimo, há grande probabilidade destas migrarem para as TI's Laranjinha, Ywy Porã ou Pinhalzinho. No caso de eventuais impactos positivos oriundos da implementação dos Projetos Básicos Ambientais, da mesma forma, poderá haver migrações das TI's Laranjinha, Ywy Porã ou Pinhalzinho para São Jerônimo.

Desta forma, entende-se que os critérios sociológicos e de territorialidade definidores da Área de Influência do Empreendimento aplicados para inclusão das TI's Apucarantina, Barão de Antonina e São Jerônimo, deverão ser estendidos também às Terras Indígenas Laranjinha, Ywy Porã e Pinhalzinho, de modo à incluir tais comunidade no processo de elaboração, discussão e implementação dos Programas Básicos Ambientais da Usina Hidrelétrica Mauá. Tal medida inclusiva servirá como forma de evitar a promoção da mobilidade interaldeã relacionada aos impactos do empreendimento, considerando, no entanto, as diferentes posições que cada uma das oito Terras Indígenas de alguma forma impactadas ocupam relativamente ao número e intensidade dos potenciais impactos.



Referências Bibliográficas:

AMOROSO, Marta. 1998. "Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas das Universidade de São Paulo.

BARROS, Valéria Esteves Nascimento. 2003. "Introdução." In: Da Casa de Rezas à Congregação Cristã no Brasil: O Pentecostalismo Guarani na Terra Indígena Laranjinha/PR. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

CID FERNANDES, Ricardo. 2005 "15 e o 23: Políticas de Índios e Políticas de Brancos". In: Relatório do Projeto de Gestão Ambiental da TI IVAI FNMA/UEM (org.) Lucio Tadeu Mota.

MOTA, Lucio Tadeu. 2005. "Relações interculturais na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX" ANPUH 2005 – Simpósio Temático Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares. Coordenador prof. John Monteiro. <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Reunioes.htm>

RAMOS, Luciana Moura. 2006. "Os Kaingang na História." In: Venh Jykre e Ke Ha Han Ke: Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi. Tese de Doutorado. Brasília. Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Brasília.

TOMMASINO, Kimiye. 1995. "A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi: Uma Sociedade Jê Meridional em Movimento". Tese de Doutorado. São Paulo. Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas das Universidade de São Paulo.